



# Na contra-mão, BB reproduz bancos privados

“A postura da atual direção do Banco do Brasil é claramente contrária ao foco principal das empresas públicas, que têm norteado sua atuação pela participação efetiva no novo processo de desenvolvimento que o governo tem implementado com o PAC e outras medidas”, afirmam o Sindicato e a Contraf/CUT nos ofícios entregues sexta-feira aos ministros Guido Mantega, Paulo Bernardo e Carlos Lupi. “A Caixa Econômica Federal, por exemplo, firmou um acordo com o Ministério Público do Trabalho para substituição dos terceirizados por pessoal concursado.”

Ao ministro Lupi e à Procuradora Geral do Ministério Público do Trabalho, Sandra Lia Simon, o Sindicato e a Contraf também denunciaram o BB na sexta-feira “por intermediação ilegal de mão-de-obra”, alertando que a reestruturação anunciada pelo banco intensificará essa prática, o que “constitui um flagrante ato de infração da legislação trabalhista vigente”.

Denúncia semelhante foi apresentada pelo Sindicato e pela Contraf/CUT na quinta-feira 3 de maio à secretária nacional de Inspeção do Trabalho, Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela, como



*Sindicato e Contraf/CUT recebem relatório do Ministério do Trabalho, que autou bancos por utilizar serviços terceirizados ilegalmente*

parte da estratégia nacional de combate às terceirizações de mão-de-obra e de serviços no sistema financeiro (leia mais na última página).

Ao receber o ofício-denúncia, a secretária Ruth Vilela manifestou surpresa com o processo de terceirização no BB, que vai na contra-mão das demais empresas públicas, que vêm reduzindo a utilização de empresas terceirizadas.

Os sindicatos filiados à Contraf/CUT fazem manifes-

tações com paralisações hoje em todo o país. Em Brasília haverá ato de protesto nos edifícios Sede I e Sede III e paralisações de várias agências. Também hoje o Sindicato e a Confederação publicam anúncio no Correio Braziliense para denunciar a direção do BB e pedir ao governo federal que aja com rapidez para impedir “que seus subordinados apliquem medidas iguais às de governos passados, que tiveram resultados desastrosos

para a empresa e para o funcionalismo”.

“Vamos resistir com todas as nossas forças”, avisa Jacy Afonso, presidente do Sindicato. “O pacote da direção do banco é inadmissível. Além de precarizar as relações de trabalho, como no governo passado, foi imposto e forma autoritária, sorrateiramente, sem nenhuma discussão com o funcionalismo e com suas entidades representativas, o que também é uma prática da era FHC.”

# Discurso da eficiência

Reduzir novamente as despesas com pessoal além de ser uma medida politicamente injustificável no momento em que o BB bate o seu recorde histórico de lucratividade é também um equívoco do ponto de vista financeiro e de gestão de pessoas.

No Banco do Brasil, essa eficiência cresce juntamente

com o aperfeiçoamento da política salarial. Durante o período de reajuste zero (1996 a 1999), o banco apresentou um desempenho insatisfatório em relação a esse indicador. A partir de 2000, com a pressão do movimento sindical e dos funcionários, a diretoria do Banco do Brasil interrompe a série de reajuste zero, dando início a uma nova política salarial, apesar dos inexpressi-

vos reajustes salariais desse período. Em 2003, essa política é aperfeiçoada com a celebração de um acordo coletivo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

Com relação ao quadro de pessoal, a partir de 1998 o banco substituiu a política de enxugamento de quadros, realizando novas contratações, por meio de concurso público. Entre 1998 e 2005, o Banco do Brasil aumentou o quadro em mais de 5.550 bancários, tota-

lizando a abertura de 14.314 novos postos de trabalho.

Essa nova política salarial teve reflexos diretos nos resultados financeiros do banco, que passou a registrar sucessivos progressos de eficiência operacional, situando-se abaixo de 100% a partir de 2002.

Aliás, a própria diretoria do BB reconheceu no relatório da administração de 2005 que o resultado era reflexo do empenho de seus funcioná-



## A luta contra o modelo de reclassificação de agências

Desde 2005 o Sindicato vem promovendo uma série de ações reafirmando seu posicionamento contrário ao atual modelo de reclassificação de agências imposto pelo Banco do Brasil. Ainda em março daquele ano, diante das denúncias e queixas crescentes de bancários vítimas de pressão

e assédio moral por cumprimento de metas, a edição do *Informativo Bancário Especial Agências BB* marcou o lançamento da campanha "Somos Todos Nível Único" pelo Sindicato no DF e entorno contra a metodologia do BB para classificar as agências por níveis.

As atividades prosseguiram durante todo o ano, entrando em 2006, culminando com a realização de manifestações que resultaram no retardamento da abertura das agências Postalis (SCS), Asa Sul 516, Taguatinga Norte, Sudoeste e Conjunto Nacional. O fim da reclassificação de agências também cons-

tituiu pauta levada pelo funcionalismo para as negociações específicas com o BB, já que, para o Sindicato, "o modelo não pode ser utilizado como meio de diferenciação salarial, mas como forma de avaliar critérios para adequar a dependência ao seu público, servindo de apoio e logística".

# ...ncia é falso

# O processo de reestruturação na Direção Geral

rios: “Na busca de melhores resultados, desenvolvemos uma cultura de gestão de custos, que foi assimilada pelos funcionários e está refletida no nosso desempenho: apresentamos índice de eficiência operacional jamais visto na história do Banco do Brasil”.

“Está claro que a motivação e o empenho do funcionalismo estão diretamente ligados à política salarial”, afir-

ma Jacy Afonso, presidente do Sindicato. “Se o banco adotar a estratégia correta para aumentar os seus índices de eficiência, o funcionalismo com certeza saberá cumprir o seu papel, como sempre cumpriu. Sem a necessidade de medidas imediatistas, contraproducentes e autoritárias como desse novo pacote.”

Em abril de 2006, ainda com o então presidente do banco, Rossano Maranhão, os sindicatos discutiram ações decorrentes da medida anunciada pelo banco, em 15 de março 2006, de redução de gastos com despesas de pessoal na direção geral.

Foram quase 30 dias de intensas atividades promovidas pelo Sindicato, com mobilização do funcionalismo e ações desenvolvidas também no campo político. O Sindicato repudiou a medida da direção do banco e cobrou desde o primeiro dia a sua suspensão. A partir de reuniões com o Conselho de Delegados Sindicais do BB, foram realizados dois grandes atos em frente aos Edifícios Sede I e III. Queima de fogos, uso de roupas e tarjas pretas simbolizando luto, encenação artística, distribuição de materiais, inclusive com a participação dos deputados, tudo para chamar a atenção da empresa e exigir dela a revisão da decisão.

O Conselho Diretor do BB garantiu às entidades sindicais que não haveria demissões e descomissionamento algum como resultado do processo de reestruturação. Afirmou que nenhum bancário seria considerado excedente e que os ajustes vão ocorrer ao longo do tempo sem prazo definido para que se atinjam as novas dotações, ou seja, com as aposentadorias e as saídas naturais de funcionários, haverá a acomodação do quadro.

“Todas essas ações representam uma vitória do funcionalismo do BB que, desde o anúncio da medida, resistiu ativamente, participando das mobilizações promovidas pelo Sindicato contra essa decisão de cortar despesas com pessoal, que causaria vários descomissionamentos”, destaca o diretor do Sindicato Eduardo Araújo.

“Essa vitória dos bancários do Banco do Brasil também foi fruto da unidade dos funcionários, tanto da direção geral quanto das agências, que entenderam a gravidade da situação e se mobilizaram para revertê-la”, frisou Rodrigo Britto, diretor do Sindicato.



O Informativo Bancário de 11/3/2005 (acima, à esq.) e o Espelho-DF de 17/4/2006 (acima) e de 4/5/2006 retratam a luta dos funcionários e do Sindicato por melhores condições de trabalho, contra a reclassificação das agências e contra descomissionamentos na reestruturação da Direção Geral – campanha que se tornou vitoriosa



# ‘Queremos PCC/PCS, jornada de 6 horas e isonomia’

O Sindicato não aceita a imposição de pacotes que visam precarizar as relações de trabalho, por parte de uma diretoria que há quatro anos tergiversa e não discute com seriedade os temas verdadeiramente importantes para o funcionalismo.

“Queremos resolver de forma definitiva as questões do PCC/PCS, do cumprimento da jornada de 6 horas, da isonomia de direi-

tos, do fim do assédio moral e das metas abusivas”, reivindica Rodrigo Britto, diretor do Sindicato e coordenador do Coletivo do BB.

Contrastando com a rapidez com que o banco formulou nas sombras a reestruturação que quer impor ao funcionalismo, a discussão sobre o novo PCC/PCS se arrasta há mais de quatro anos, com uma indistigável má-vontade da

direção do BB de resolver essa antiga reivindicação do funcionalismo. “Apresentamos proposta para o banco, que a desconsiderou”, critica Eduardo Araújo, diretor do Sindicato. “Essa é hoje a nossa principal bandeira, porque o PCC/PCS resolverá uma série de outros problemas, como a isonomia e as distorções e injustiças no quadro de carreira.”

## Após denúncias, vêm as ações civis públicas

A denúncia que o Sindicato e a Contraf/CUT apresentaram na quinta-feira 3 de maio contra o Banco do Brasil à Secretaria Nacional de Inspeção do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, faz parte de uma estratégia nacional de combate às terceirizações de mão-de-obra e de serviços no sistema financeiro, iniciada pelos sindicatos em 2005. Na primeira etapa, já foram vistoriados e autuados em R\$ 10 milhões o Bradesco, o Unibanco e o ABN Amro/Real. Além disso, o Ministério de Trabalho reconheceu como bancários todos os trabalhadores que prestavam serviços terceirizados aos bancos e ordenou que eles fossem registrados como tal.

O Ministério Público do Trabalho está preparando as devidas ações civis públicas contra esses três bancos.

Como a reestruturação que implan-

tará na próxima segunda-feira ampliará os serviços terceirizados, o BB incorrerá nas mesmas infrações legais.

### ‘Afronta à dignidade humana’

A ação do Ministério do Trabalho contra os bancos foi deflagrada a partir de um relatório-denúncia apresentado pela Contraf e pelos sindicatos em maio de 2005. Uma força-tarefa multidisciplinar (composta de auditores do trabalho, engenheiros em segurança e medicina do trabalho, em automação e tecnologia) coordenada pela doutora Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela, secretária de Inspeção do Trabalho, comprovou as denúncias apresentadas, autuou os três bancos em R\$ 10 milhões e

determinou o enquadramento dos terceirizados como bancários.

A estratégia da Contraf/CUT e dos sindicatos prevê várias etapas. Nesta primeira, as áreas fiscalizadas foram as relacionadas com retaguarda, tesouraria e compensação. Na segunda etapa, a fiscalização se estenderá aos setores de telemarketing, correspondentes bancários e promotores de venda/financeiras.

No relatório final sobre as investigações e autuações, divulgado dia 11 de dezembro de 2006, o Ministério do Trabalho conclui que o processo de terceirização implantado pelos bancos naqueles segmentos “afronta o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho, bem como a inteligência dos preceitos contidos na Súmula 331 do TST e os princípios basilares do Direito do Trabalho”.